

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PECUÁRIA NO BRASIL****Eustáquio Reis**

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Este trabalho discute opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável da pecuária no Brasil. Destaca-se, em primeiro lugar, que o padrão extensivo de uso da terra – bem como outras ineficiências da pecuária no Brasil possuem raízes históricas, econômicas e institucionais profundas e persistentes. Abundância de terras e custos elevados de transporte foram os principais vetores históricos dos padrões extensivos da pecuária no Brasil. Essas condições ainda caracterizam a Amazônia brasileira, e, portanto, a expansão da pecuária permanece como a mais importante fonte de desmatamento nessa região. Com efeito, os resultados empíricos da análise mostram que terras abundantes e mais baratas implicam menor produtividade das pastagens e maior especialização na pecuária.

A estrutura de incentivos oferecidos pelo contexto institucional brasileiro descarta propostas simplistas para trazer pecuaristas ineficientes para a fronteira tecnológica. O problema torna-se mais complexo quando se reconhecem as questões de equidade social envolvidas, em particular que a pecuária sempre foi – e ainda é – um dos canais de grande importância para mobilidade econômica e social dos pequenos agricultores pobres. Para esses segmentos sociais, a riqueza ou a acumulação de capital é praticamente sinônimo de aumento no rebanho bovino. Além disso, da perspectiva individual, para esses agricultores, a pecuária extensiva é amplamente justificada pelos incentivos de preços fornecidos pela terra barata e pela extração gratuita de recursos naturais, destacando-se os nutrientes do solo.

Para as políticas públicas, as questões cruciais são, primeiro, identificar os condicionantes das escolhas de produtos e dos fatores de produção – ou seja, da tecnologia e da intensidade de uso da terra feitas pelos agricultores. Segundo, identificar as melhores estratégias para fomentar o aumento da produtividade da terra na pecuária, bem como para deslocar pecuaristas ineficientes para atividades agrícolas com usos mais intensivos da terra. Terceiro, identificar formas de impor mecanismos de controle e taxação, bem como outros incentivos de preço, para que os pecuaristas contabilizem e internalizem os custos ambientais causados por suas atividades produtivas.

A análise empírica do trabalho fornece algumas pistas nesse sentido. Primeiro, os resultados mostram que reduções nos custos de transporte implicarão grandes desafios e oportunidades, na medida em que aumentarão as taxas de crescimento do rebanho bovino brasileiro. As estimativas mostram, contudo, que esse efeito será parcialmente compensado por padrão menos extensivo da pecuária, com maior crescimento da produtividade das pastagens e menor especialização na pecuária.

O segundo resultado importante é o papel fundamental desempenhado pela educação e pelo capital humano. Mais educação criará alternativas no setor agrícola e fora deste, e reduzirá o crescimento da área agrícola e o grau de especialização na pecuária, bem como aumentará a intensificação das pastagens, levando, portanto, a reduções da expansão de rebanhos e pastagens. Nesse sentido, a educação é talvez a melhor opção política para deter a expansão da pecuária extensiva. A grande questão é como implementar, na velocidade requerida, políticas educacionais adequadas nos ambientes rurais.

As políticas de crédito também são importantes. Disponibilidade de crédito praticamente não afeta o crescimento do rebanho. Embora tenda a aumentar a área na agricultura como um todo, a maior disponibilidade de crédito tende a associar-se com redução significativa do grau de especialização da pecuária, bem como elevação significativa da produtividade das pastagens. Portanto, o resultado líquido de mais crédito será provavelmente diminuição das áreas de pastagem.

Diferentemente, o custo do crédito – ou seja, as taxas de juros – possui impacto negativo sobre o crescimento do rebanho, com quase nenhum efeito sobre a produtividade das pastagens. Assim, taxas de juro mais reduzidas tendem a aumentar as áreas de pastagem. Consideradas em conjunto, situações de crise de crédito, que combinam restrições quantitativas e taxas de juros maiores, provavelmente tendem a ter efeitos desprezíveis em rebanhos e áreas de pastagem áreas.

A redução da pobreza, seja por meio de políticas sociais do governo, seja por intermédio de mecanismo de mercado, é, sem dúvida, prioridade no Brasil. Da perspectiva ambiental, contudo, poderá acarretar dilemas

que estão relacionados com o reconhecimento de que a pecuária extensiva e ineficiente é canal tradicional para a mobilidade ascendente de pessoas pobres em áreas rurais. A redução da pobreza não afeta o crescimento da área e tende a reduzir o grau de especialização na pecuária, mas aumenta o crescimento do rebanho com efeitos negativos sobre a produtividade das pastagens. Assim, a área de pastagem tende a elevar-se com reduções na pobreza. O aumento da densidade populacional e a urbanização apresentam efeitos contraditórios, apesar da urbanização ser apenas um caso polar desse tipo de densidade. A densidade da população tende a reduzir as áreas de pastagens, pois não apresenta efeito significativo sobre o crescimento do rebanho, mas afeta negativamente o crescimento da área agrária e o grau de especialização na pecuária e tende a intensificar o uso das áreas de pastagens. A urbanização, por sua vez, tem tendência a aumentar o rebanho, mas sem efeitos sobre a produtividade da pastagem; portanto, eleva as áreas de pastagem. Deve-se ter em mente, contudo, que o processo adensamento populacional e de urbanização brasileiro estão ambos praticamente no auge, e, portanto, não há muito que esperar nesse sentido.

Uma questão política que certamente merece análise mais aprofundada é a distribuição do tamanho dos estabelecimentos agrários. Os resultados mostram que essa a estrutura agrária não possui efeitos significativos sobre o desempenho da pecuária. Uma avaliação mais aprofundada, contudo, requer melhor tratamento da desagregação regional, bem como dos efeitos interativos com outras variáveis explicativas relevantes.

SUMÁRIO EXECUTIVO